



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO:0001145-29.2023.6.22.8000

INTERESSADO: Secretaria Judiciária e de Gestão da Informação (SJGI)

ASSUNTO: Dispensa Tradicional – Aquisição de amplificador de som para o Plenário do TRE-RO - **Análise**.

PARECER JURÍDICO Nº 193 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo iniciado pela Secretaria Judiciária e de Gestão da Informação, que tem como objeto a Aquisição de amplificador de som para o Plenário do TRE-RO, com contornos iniciais delineados no Documento de Formalização de Demanda - DFD juntado no evento ([1024052](#)).

02. Registra-se que o pedido da contratação foi elaborado pelas regras do regime jurídico da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicável a este Tribunal pela regulamentação que consta da Instrução Normativa TRE-RO n.9, de 11/10/2022, publicada no DJE TRE-RO n. 250, de 05/09/2022 e de observância obrigatória neste Órgão para os processos instaurados a partir de 07/11/2022 ([0934832](#)).

03. Por meio do Despacho n. 1290/2023 ([1024219](#)), o Secretário da SAOFC em substituição analisou que, de acordo com as justificativas apontadas no DFD, a contratação **não** exigirá a instituição de Equipe de Planejamento da Contratação e Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, bem como a elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Mapa de Riscos. Assim, devolveu os autos à SJGI para elaboração do Termo de Referência e Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC.

04. Em despacho complementar, o GABSAOFC informou que procedeu a abertura de processo administrativo com a finalidade de informar e manter registros digitais atuais das despesas realizadas durante o exercício corrente e, principalmente, **aferir e evitar eventuais fracionamentos de despesas em contratações diretas, por dispensa de licitação em razão do valor**, com fundamento no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, seja por dispensa tradicional ou eletrônica, conforme informação juntada ao evento ([1005625](#)). Registrou-se ainda que todas as informações relacionadas ao tema fracionamento de despesas seriam atualizadas paulatinamente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

05. Para cumprimento do despacho n. 1290/2023 ([1024219](#)) e instrução do feito, foram inicialmente juntados os seguintes documentos ao processo:

I - Informação conclusiva do valor estimado da contratação direta ([1026150](#)) no valor de R\$ 4.893,00 (quatro mil oitocentos e noventa e três reais), lastreada pelas cotações de preços juntadas no Volume I do processo;

II - Certidões Negativas das empresas participantes do processo ([1027960](#)) ([1027963](#)) ([1027968](#)) ([1057142](#));

III - Termo de Referência SJGI n. 2/2023 ([1012154](#)) que reproduzia inicialmente as regras da contratação direta, com dispensa de licitação;

06. Em seguida, por meio do Despacho n. 1437/2023 ([1030824](#)), o Secretário da SAOFC remeteu o feito à SJGI, para inclusão nos autos dos documentos que foram julgados exigidos para a contratação, conforme DFD ([1024052](#)), quais sejam:

I - Estudo Técnico Preliminar;

II - Indicação e Ciência de Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato;

07. Em atendimento ao despacho supracitado ([1024219](#)), a unidade demandante juntou o Estudo Técnico Preliminar ([1031692](#)) e a Indicação e Ciência de Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato com os respectivos servidores participantes ([1031694](#));

08. Por meio do Despacho n. 1480/2023 ([1032440](#)), o SAOFC remeteu o feito à SAC, para análise dos documentos da etapa de planejamento da contratação, à COFC, para proceder à programação orçamentária e à AJSAOFC, para análise e emissão de parecer jurídico.

09. Ato contínuo, a SAC, ao analisar os documentos que compõem o planejamento da contratação, realizou diligências junto à unidade demandante com o fito de ajustar e padronizar os referidos documentos ([1036855](#)).

10. Em atendimento à diligência supra, a unidade demandante SJGI juntou nova cotação de preços ([1041696](#)), novo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

documento de formalização da demanda ([1041702](#)) e remeteu o feito ao GABSAOFC ([1041738](#)).

11. Ato contínuo, no despacho n. 1665/2023 ([1041778](#)), o GABSAOFC relata que foi indicada a Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato ([1031694](#)) e remeteu novamente o feito ao GABSJGI para elaboração do Termo de Referência, realização de pesquisa de preços e elaboração da Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC

12. Para reanálise dos documentos da fase de planejamento da contratação por parte da SAC, para o processamento da programação orçamentária e em atendimento ao despacho n. 1665/2023 ([1041778](#)) e instrução do feito, foram juntados os seguintes documentos ao processo ([1042221](#)):

I - Informação conclusiva do valor estimado da contratação direta ([1042132](#)) no valor de R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais);

II - Termo de Referência SJGI n. 3/2023 ([1042151](#)) que reproduz as regras da contratação direta, com dispensa de licitação;

13. Em sua nova análise, a SAC verificou que as diligências anteriormente solicitadas no evento ([1036855](#)) não foram atendidas ou justificadas pelas Unidade Demandante para prosseguimento da análise e novamente remeteu o feito à unidade demandante.

14. Por sua vez, a unidade demandante SJGI apresentou justificativas à SAC e remeteu o feito para nova análise ([1050919](#)).

15. A SAOFC ressaltou que o Documento de Formalização da Demanda, a Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC e o Termo de Referência seriam objeto de análise pelas demais unidades competentes e submetidos à deliberação da Diretora-Geral, bem como vincularão a relação entre contratada/contratante, razão pela qual se fazia necessária a referida retificação reiterada pela SAC ([1043293](#)).

16. Assim, a unidade demandante juntou, novamente, os seguintes documentos:

I - Documento de Formalização de Demanda ([1053274](#)), posteriormente atualizado pelo evento ([1053807](#));

II - Informação conclusiva do valor estimado da contratação direta ([1042132](#)), posteriormente atualizada pelo evento ([1054333](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - Termo de Referência SJGI n. 4/2023 ([1054348](#)) que reproduz as regras da contratação direta, com dispensa de licitação;

17. Após, o SAOFC remeteu o feito à SAC para realização de nova análise dos documentos do planejamento da contratação ([1054565](#)).

18. Por conseguinte, a unidade demandante carrou novo documento de formalização da demanda mesmo sem análise formal da SAC ([1055590](#)) e nova Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC ([1055607](#)).

19. Em sequência, a SAC remeteu o feito à SJGI para que retificasse pontos constantes do Termo de Referência SJGI n. 4/2023 ([1054348](#)).

20. Para atendimento do solicitado pela SAC, a unidade demandante carrou o Termo de Referência SJGI n. 5/2023 ([1055902](#)) e ainda a informação ([1055932](#)) com a indicação de servidor ou equipe de gestão e fiscalização do contrato.

21. Após as diversas diligências realizadas, a SAC concluiu sua análise quanto aos documentos do planejamento da contratação nos seguintes termos:

3- Como já registrado nesta análise, comprovou-se a regularidade da empresa **G ROCHA LTDA**, CNPJ: 13.570.740/0001-05, para contratar com a Administração Pública.

4- Após a análise formal, verifica-se que a **FASE DE PLANEJAMENTO**, a **PESQUISA DE PREÇOS - ESTIMATIVA DA DESPESA** e a referida **CONTRATAÇÃO DIRETA - TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5/2023 - PRES/DG/SJGI/GABSJGI** ([1055902](#)), complementado pela cotação de preços juntada no evento ([1055607](#)), encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 75 inciso II, da Lei 14.133/2021, para **contratação direta por dispensa de licitação**, a ser analisada pela Assessoria Jurídica da SAOFC, nos termos do art. 26, inciso V, da IN n. 009/2022-TRE-RO.

22. A programação orçamentária da despesa no exercício de 2023 foi juntada ao processo no evento ([1056787](#)), oportunidade em que a SPOF registrou que: "Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, informa-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro."



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

23. Assim instruídos, vieram os autos para análise jurídica. **É o necessário relato.**

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

24. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI n. 0001145-29.2023.6.22.8000) até a presente data. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

25. Por sua vez, no regime jurídico da **Lei n. 14.133/2021**, encontram-se as seguintes regras no tocante à atuação da Assessoria Jurídica nos processos de contratação:

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará **controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação**.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

III - (VETADO).

§ 2º (VETADO).

§ 3º Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no [art. 54](#).

§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração **também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas**, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos. (sem destaques no original)

26. O presente parecer restringir-se-á aos aspectos jurídicos dos documentos e elementos que instruem a fase de planejamento da contratação, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los. Até porque, na forma do **art. 169 da Lei n. 14.133/2021**, as unidades de assessoramento jurídico, ao lado do controle interno do órgão, integram a segunda linha de defesa na busca de práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

III – ANÁLISE JURÍDICA

3.1 Da verificação do cumprimento dos requisitos legais da fase preparatória da contratação

27. De acordo com o **art. 18 da Lei n. 14.133/2021**, a **fase preparatória** do processo licitatório é caracterizada pelo **planejamento** e deve compatibilizar-se com o **plano de contratações anual**, também disciplinado por essa norma, devendo abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que possam interferir na contratação por meio de diversos instrumentos listados nesse dispositivo.

28. Contudo, o caso em análise não busca a realização de um certame licitatório, de maior complexidade. Trata-se da via da contratação direta, por **dispensa de licitação** em razão do valor do objeto pretendido. Para hipóteses como tais a **Lei n. 14.133/2021** elencou os documentos que devem instruir o processo de contratação. Veja-se:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexistência e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no [art. 23 desta Lei](#);

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VIII - autorização da autoridade competente.

29. Para regulamentar o referido comando legal, no âmbito deste Tribunal foi editada a **Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022**, que disciplina as regras e procedimentos para as contratações diretas realizadas por inexigibilidade e dispensa de licitação. Assim, de igual forma, o referido normativo também dispõe:

CAPÍTULO II

PLANEJAMENTO

Art. 3º O planejamento das contratações realizadas por meio de inexigibilidade e dispensa de licitação será composto pelos seguintes documentos, quando não dispensados parcialmente na forma regulada por esta instrução normativa:

I - Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação;

II - Formulário de Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação;

III - Estudo Técnico Preliminar;

IV - Mapa de Riscos;

V - Estimativa da Despesa, a ser apurada por meio de pesquisa de preços e registrada na Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação (ICVEC), documento padronizado pelo TRE-RO no Anexo V deste normativo;

VI - Termo de Referência ou Projeto Básico e Projeto Executivo;

VII - Indicação e Ciência de Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, quando houver.

§ 1º O planejamento das contratações compete às unidades demandantes e, quando houver designação, às equipes de planejamento das contratações, às quais incumbe a elaboração dos documentos indicados no caput.

§ 2º A elaboração dos documentos previstos nos incisos I, V e VI do caput é obrigatória para todas as contratações diretas, exceto na ocorrência das situações previstas no inciso VIII do artigo 75 da Lei n. 14.133/2021, para as quais a elaboração poderá ser dispensada, sem prejuízo da observância, naquilo que aplicável, do § 6º desse dispositivo legal.

§ 3º A elaboração dos documentos previstos nos incisos II, III, e IV do caput é **facultativa**, a critério da unidade demandante ou decidido pelo titular da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAOFC), conforme a especificidade do objeto, a complexidade da contratação ou outros elementos que a justifiquem, registrados expressamente no processo, nos quais devem ser considerados a redução de custos da contratação (art. 21, VI, da Resolução TSE n. 23.702/2022).

§ 4º A elaboração do documento previsto no inciso II do caput é obrigatória nas contratações cujo planejamento contenha estudos técnicos preliminares e mapa de riscos, quando a complexidade assim exigir.

§ 5º A elaboração do documento previsto no inciso VII do caput será adotada nas contratações formalizadas mediante termo de contrato, quando a complexidade assim exigir.

§ 6º O planejamento da contratação poderá, a critério da unidade demandante ou da equipe designada, conter outros documentos considerados necessários à instrução processual.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

§ 7º O gestor da unidade demandante deverá, como condição para o encaminhamento do processo à SAOFC, manifestar expressa concordância com os termos da contratação proposta.

30. Como visto pelos dispositivos acima que estabelecem os documentos da fase de planejamento das contratações diretas, cuja análise será realizada de forma individual neste parecer:

I - Poderão ser dispensados de forma justificada:

- a) a equipe de planejamento da contratação;
- b) o Estudo Técnico Preliminar; e
- c) o mapa de riscos;
- d) Equipe de Gestão e Fiscalização de contrato.

II - Por sua vez, são obrigatórios a todas elas:

- a) Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação;
- b) Estimativa da Despesa; e
- c)) Termo de Referência ou Projeto Básico e Projeto Executivo.

3.1.1 Da análise dos elementos do Documento de Formalização da Demanda - DFD:

31. O Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação está disciplinado pelo art. 4º da IN TRE-RO n. 9/2022, que o padroniza na forma de seu anexo IV, documento utilizado pela SJGI para o registro de sua demanda ([1055590](#)). Verifica-se que todos os elementos exigidos pelo referido regulamento foram informados pela unidade demandante. Destaca-se que nas informações adicionais a unidade justificou de forma adequada a dispensa de equipe de planejamento, estudo técnico preliminar e mapa de riscos da contratação, indicando tão somente a Equipe de Gestão e Fiscalização de contrato, nos seguintes termos:

1. Equipe de Planejamento:

(x) Não: Justificar: Trata-se de aquisição de bem permanente sem obrigações futuras.

() Sim, composta pelos servidores indicados de acordo com o Anexo II desta IN, juntado no evento

2. Estudo Técnico Preliminar:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(x) Não: Justificar: Conforme art. 7º, § 4º da Instrução Normativa nº 9/2022, de 14 de outubro de 2022, manifestamo-nos pela desnecessidade de elaboração dos estudos técnicos preliminares, tendo em vista o baixo valor orçado R\$ 4.893,00 e a urgência do material de amplificador de som, durante a manutenção preventiva dos equipamentos de sonorização houve relatos de que o amplificador atualmente em uso está apresentando falhas, que poderá vir a causar a inviabilização da gravação das sessões plenárias.

() Sim

3. Mapa de riscos:

(x) Não: Justificar: Trata-se de aquisição de bem permanente sem obrigações futuras.

() Sim

4. Equipe de Gestão e Fiscalização de contrato:

() Não: Justificar:

(x) Sim

32. Nesses termos, esta unidade conclui pela adequação legal do Documento de Oficialização da Demanda ([1055590](#)) ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022.

3.1.2 Da análise da Estimativa da Despesa:

33. A possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade para cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço** (art. 72, incisos VI e VII, da Lei n. 14.133/2021).

34. Quanto à **escolha do fornecedor**, esse requisito será tratado adiante deste parecer.

35. Em relação à justificativa do preço, tem-se que neste Tribunal as regras da estimativa da despesa estão disciplinadas pelo art. 9º e sgs da IN TRE-RO n. 9/2022, que utiliza, por meio de seu Anexo V, documento padronizado, denominado de INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO, elaborado em harmonia com o disposto no art. 23 da Lei n. 14.133/2021, atualmente regulamentado pela Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021. No caso em análise o referido



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

documento foi juntado ao processo no evento ([1055607](#)) e demonstra que os preços dos itens foram estimados com base em pesquisa direta com fornecedores, apresentando a seguinte justificativa:

I - ASSINALAR quais parâmetros do art. 5º da IN SG/ME 65/21 foram utilizados:

(X) Inciso IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

II - A cotação de preços priorizou os parâmetros definidos nos incisos I e II:

() Sim

(x) Não (JUSTIFICAR): Durante a manutenção preventiva dos equipamentos de sonorização houve relatos de que o amplificador atualmente em uso está apresentando falhas, que poderá vir a causar a inviabilização da gravação das sessões plenárias. Destacamos, outrossim, a previsão do inciso II, §2º do art. 28, da IN 09/2022/TRE-RO.

36. Por sua vez, os documentos juntados ao processo atestam a regularidade das 3 (três) cotantes ([1024072](#) [1024073](#) [1024074](#)), sagrando-se vencedora a empresa **G Rocha Ltda - CNPJ: 13.570.740/0001-05**, com sede na Rua José de Alencar, n. 2794, Centro, CEP 76801-064, Porto Velho-RO, inscrita no CNPJ sob o nº 13.570.740/0001-05, **pelo valor de R\$ 4.893,00** (quatro mil oitocentos e noventa e três reais), e-mail guitarmusic-ro@hotmail.com, telefone (69) 99252-4003. As Certidões de regularidade foram juntadas no evento ([1027960](#) [1057142](#)). Por tal motivo, demonstrado o cumprimento dos dois requisitos legais (**justificativa do preço e a razão da escolha do fornecedor**) a referida contratação poderá ser enquadrada na situação de dispensa de licitação em razão do valor, prevista no art. 75, II, da Lei n. 10.133/2021, atualmente no patamar de R\$ 57.208,30 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta centavos), na forma do Decreto Federal n. 11.317/22.

37. Nessa linha, sem adentrar no mérito das informações juntadas ao processo e registradas na **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO** e considerando ainda as justificativas relacionadas à metodologia para realização da pesquisa de preços, verifica-se que a unidade laborou dentro dos limites traçados pela Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021. Nesses termos, esta unidade conclui pela adequação legal do procedimento de estimativa da despesa ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.1.3 Da análise do termo de referência:

38. O Termo de Referência está disciplinado pelos arts. 15 e sgs da IN TRE-RO n. 09/2022, que o padroniza na forma de seu anexo VI, documento utilizado pela SJGI para disciplinar as regras da contratação pretendida ([1055902](#)). Verifica-se que a unidade cuidou de inserir no TR todos os elementos tidos como essenciais, haja vista que alguns deles são dispensáveis, exigidos apenas para determinados objetos ou em função da sua complexidade. Destaca-se:

I - A definição do objeto para o atendimento da necessidade - Capítulo 1:

Destaca-se as especificações técnicas do equipamento a ser adquirido.

II - A previsão da contratação no Plano Anual de Capacitações de 2023 - Capítulo 2;

III - A fundamentação ou justificativa da contratação - Capítulo 3;

IV - A descrição da solução como um todo - Capítulo 4;

V - Os requisitos da contratação - Capítulo 5;

De acordo com o item 5.1 do TR, o produto deverá ser entregue no prazo de até 30 dia após o recebimento da Nota de Empenho pela contratada.

VI - A previsão de práticas de sustentabilidade, dedtaca-se - Capítulo 6;

6.1.1. Será utilizado na aquisição do amplificador de som, os seguintes critérios de sustentabilidade:

a) (Art. 5º): 14.1.1. - Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento; e,

b) 14.1.2. - Os bens não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada pela diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VII - O modelo de execução do objeto, com prazos, condições, além dos deveres e responsabilidades das partes - Capítulo 7;

De acordo com o item 1.2 do TR, o contrato será substituído pela nota de empenho, situação que será analisada quando da conclusão deste parecer.

VIII - Modelo de gestão do contrato - Capítulo 8;

A unidade demandante indicou a equipe de gestão e fiscalização do contrato

IX - critérios de medição e de pagamento - Capítulo 09;

X - Reajuste contratual - Capítulo 10;

XI - A estimativa do valor da contratação - Capítulo 11;

XII - Aderência orçamentária, com indicação da fonte - Capítulo 12;

XIII - forma de seleção do fornecedor - Capítulo 13;

Conforme apontado pela SAC em sua análise ([1056490](#)), a unidade demandante marcou o campo dispensa eletrônica equivocadamente, tendo em vista que no item 11 do Termo de Referência n. 05/2023 ([1055902](#)) já foi apontada a empresa vencedora da contratação direta, **amoldando-se o presente processo à dispensa tradicional**. Justificou ainda a unidade demandante no seu documento de formalização de demanda, que em razão da urgência, a contratação visa dotar o Plenário do TRE-RO de amplificador de som, tendo em vista que durante a manutenção preventiva dos equipamentos de sonorização a empresa contratada relatou que o amplificador atualmente em uso está apresentando falhas, as quais poderão vir a causar a inviabilização da gravação das sessões plenárias.

XIV - Critérios de seleção do fornecedor - Capítulo 14;

XV - Infrações e sanções aplicáveis - Capítulo 15.

39. Nesses termos, esta unidade conclui pela adequação legal do Termo de Referência n. 5/2023-SJGI ([1055902](#)) ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022, podendo ser aprovado pela autoridade administrativa.

3.1.4 Do fracionamento de despesa: Inocorrência



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

40. Com o intuito de evitar eventuais fracionamento das despesas nas contratações processadas por dispensa de licitação em razão do valor fundamentadas no **art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021** - tanto por dispensa tradicional quanto por dispensa eletrônica - o GABSAOFC elaborou quadro com os registros dos processos com despesas no exercício de 2023 ([1050075](#)).

41. A aferição de eventual fracionamento tem seus contornos definidos no âmbito deste órgão pelo **§ 2º do art. 29 da Instrução Normativa TRE-RO n. 009/2022** ([0917187](#)), norma que instituiu o regime jurídico da Lei n. 14.133/2021 para os procedimentos das contratações diretas realizadas por inexigibilidade e dispensa de licitação. Tal regulamento, em harmonia com § 1º, Inciso I e II, art. 75, da Lei n. 14.133/2021, prevê de forma expressa:

Art. 29. Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do artigo anterior, deverão ser observados:

I - o somatório despendido no exercício financeiro; e

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

§ 1º O disposto nos incisos do caput deste artigo não se aplica às contratações de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade ou na posse do TRE-RO, incluído o fornecimento de peças, de que trata o § 7º do art. 75 da Lei n. 14.133/2021.

§ 2º Considera-se ramo de atividade a partição econômica do mercado, identificada pelo nível de subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

§ 3º A SAOFC manterá registro em meio digital com os dados dos processos de despesas do exercício corrente, que permitam aferir eventual fracionamento, para consulta de todas as unidades que atuam no processo da contratação ou juntá-los nos respectivos processos.

§ 4º Quando do enquadramento de bens, serviços ou obras nos termos das hipóteses previstas neste artigo, a autoridade competente pela autorização e a autoridade superior responsável pela adjudicação e pela homologação da contratação devem observar o disposto no art. 73 da Lei n. 14.133/2021 e no art. 337-E do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. (sem destaques no original).

42. Ocorre que a **Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021**, que dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica de que trata a Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 e institui o **Sistema de Dispensa Eletrônica** no âmbito da Administração Pública Federal - e que foi a base normativa do citado regulamento regional - teve a redação de seu art. 4º e § 2º alteradas pela Instrução Normativa Seges/MGI n.º 8 de 2023, que passou a considerar como "ramo de atividade a linha de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

fornecimento registrada pelo fornecedor quando do seu cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf)".

43. De notar-se que a definição de ramo de atividade como uma subclasse do CNAE é um parâmetro objetivo. Definido o objeto basta a consulta ao site do Códigos ou Atividades Econômicas - CNAE, mantido e divulgado pelo IBGE. Já o ramo de atividade tratado no novo "critério" definido pela IN SEGES/MGI n. 8/2023 não permite aferir com precisão esse dado. Isso porque faz menção à *linha de fornecimento registrada no SICAF pelos fornecedores*. Esse dado, ao que parece, é subjetivo, relacionado ao fornecedor. Além disso, não haveria como usá-lo de partida, haja vista que nas compras públicas, sempre precedidas de um certame competitivo, mesmo nas dispensas, não se sabe quem será o fornecedor do objeto, o que impede a consulta à linha de fornecimento do provável fornecedor.

44. Acerca da aplicação das instruções normativas do Poder Executivo aos órgãos dos demais poderes, deve-se registrar, de antemão, que suas normas **não são de cunho obrigatório** para esta Administração, integrante do Poder Judiciário, uma vez que ela não faz parte do SISG do Poder Executivo Federal. Nesse sentido, cita-se a segura lição de **Marçal**:

*As contratações de serviços, no âmbito da União, apresentam algumas peculiaridades derivadas da edição de diversas Instruções Normativas. A questão adquiriu novos contornos em vista, especificamente, da IN nº 2, de 30 de abril de 2008 (que sofreu várias alterações), da IN nº 4, de 19 de maio de 2008 e da **IN nº 1, de 19 de janeiro de 2010**, todas editadas pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.*

(...)

Como é evidente, uma instrução normativa não apresenta eficácia vinculativa similar a uma lei. A instrução normativa veicula normas de nível infralegal e infrarregulamentar. Trata-se de normas jurídicas complementares, destinadas a orientar e padronizar a atividade administrativa.

(...)

Outra questão relevante envolve a pretensão contemplada na Instrução Normativa nº 2 (refletindo determinação contida no Dec. nº 1.094 e no próprio Dec. nº 6.081), de vincular todos os órgãos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional. Ora, uma das características inerentes às autarquias e às fundações reside na sua autonomia, cuja extensão é determinada na lei instituidora. Logo, não cabe ao Presidente da República competência para emitir normas de serviço aplicáveis às autarquias.

*(...). Esse entendimento não pode ser mantido a partir da vigência da CF/88. Portanto, deve-se reputar que o Dec. 1.094 **aplica-se exclusivamente no âmbito do Poder Executivo Federal propriamente dito**, tal como se passa com a competência instituída pelo Dec. nº 6.081. Por isso, a IN nº 2 não alcança as atividades administrativas desempenhadas por outros Poderes nem aquela desenvolvida no âmbito da Administração autárquica e fundacional. (**Marçal Justen Filho - Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 15 ed. São Paulo, Dialética, p. 143 e 145**) - (sem grifo no original).*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

45. Na mesma linha da autonomia dos demais entes, cita-se julgado do TCE /MG que se debruçou sobre a expressão "mesma natureza", veja-se:

Segundo o tribunal, “na Lei nº 14.133/2021 considera-se que objetos da mesma natureza são os que pertencem ao ‘mesmo ramo de atividade’. Inexiste definição, todavia, acerca do alcance de tal locução, **de modo que os entes federados, no exercício de sua autonomia administrativa, materializado no princípio federativo, de guarda constitucional, podem estabelecer parâmetro próprio para definição objetiva de ‘ramo de atividade’ para os fins do disposto no art. 75 do mencionado diploma legal**, observados os demais princípios aplicáveis e os respectivos limites do poder regulamentar.

Nesse sentido, **na ausência de regulamentação do conceito de ‘mesmo ramo de atividade’**, para os fins preceituados no art. 75 da Lei n. 14.133/2021, **os entes poderão reproduzir a normatização federal, que estabelece o nível de subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE como parâmetro, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021”**.

Sustentou também que “na Lei nº 14.133/2021, **para fins de avaliação acerca da possibilidade de contratação direta por dispensa em virtude do valor, foram fixados pressupostos de natureza temporal e organizacional, quais sejam, o valor total a ser gasto pela respectiva unidade gestora, com objetos de idêntica natureza, no período de um exercício financeiro, não havendo menção, portanto, aos atuais requisitos de execução conjunta e concomitante e no ‘mesmo local’**”.

Assim, “para a adequada utilização do instituto da dispensa de licitação, as unidades gestoras da Administração **deverão providenciar o planejamento de suas atividades e necessidades, dimensionando as respectivas contratações a serem realizadas no exercício financeiro subsequente, o que compreende, entre outras medidas, a elaboração de estimativas de quantitativos e custos de produtos, serviços e outros suprimentos necessários à manutenção da unidade e à execução de suas atribuições**”. (Grifamos.) (TCE/MG, Consulta nº 1104833, Rel. Cons. Hamilton Coelho, j. em 19.10.2022.)

46. Em face do exposto, para a aferição de eventual fracionamento esta unidade jurídica utilizará a atual regulamentação no âmbito deste órgão, definida pelo **§ 2º do art. 29 da Instrução Normativa TRE-RO n. 009/2022 (0917187)**, ao menos enquanto o novo critério inaugurado pela IN SEGES/MGI n. 8/2023 não estiver melhor explicitado pela doutrina especializada, tendo em relevo que o melhor caminho será garantir a objetividade da análise, o que pode ser feita pela consulta à subclasse do CNAE.

47. Vencida essa questão, **verifica-se pelo quadro juntado no evento (1050075) NÃO indica qualquer outra aquisição no exercício corrente de Aquisição de amplificador de som para o Plenário do TRE-RO** - definida na fonte orçamentária estabelecida no item 12 do Termo de Referência como Aquisição de bens permanentes - SEPAT.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

48. Portanto, situado no limite da dispensa legal, atualmente fixado em **R\$ 57.208,33** (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos), de acordo com a atualização de valores estabelecida pelo Decreto Federal n. 11.317, de 29 de dezembro de 2022, verifica-se o atendimento ao requisito insculpido no **inciso I, art. 75, da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.**

IV – CONCLUSÃO

49. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta neste processo, esta assessoria jurídica conclui:

a) pela possibilidade de aprovação do Termo de Referência n. 5/2023-SJGI ([1055902](#)) - também analisado e tido como regular pela SAC ([1056490](#)) - caso assim entenda a autoridade competente para aprovação, na forma do art. 72, VIII da Lei n. 14.133/2021 e item 15 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022;

b) pela possibilidade jurídica da contratação, por meio de dispensa de licitação, do produto especificado no objeto do termo de referência citado, diretamente com a **G Rocha Ltda - CNPJ: 13.570.740/0001-05**, vencedora da cotação de preços, pelo valor total de R\$ 4.893,00 (quatro mil oitocentos e noventa e três reais), que também comprovou as condições mínimas para contratar com a Administração Pública, conforme certidões de regularidade juntadas nos eventos ([1027960](#) [1057142](#)).

c) Registre-se que, conforme já apontado no item 22 deste parecer, há informação da unidade orçamentária do órgão quanto à regularidade da despesa no planejamento orçamentário de 2023 e comprovação da sua programação ([1056787](#)).

d) Considerando que o valor da contratação pretendida está situado no limite da dispensa legal, atualmente fixado em **R\$ 57.208,33** (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos), de acordo com a atualização de valores estabelecida pelo **Decreto Federal n. 11.317, de 29 de dezembro de 2022**, e que da relação contratual não resultará obrigações futuras para a contratada, entende-se perfeitamente possível substituir o instrumento de contrato pela nota de empenho, na forma prevista no caput do **art. 95 da Lei n. 14.133/2021** e com supedâneo na jurisprudência do TCU, como nos **Acórdãos 1.234/2018 e 363/2003 - ambos do Plenário e 7.125/2010 - 1ª Câmara**, que consolidou o entendimento de dispensa de instrumento para todas as contratações que não resultem obrigações futuras,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

principalmente dentro do limite de dispensa em razão do valor, aí incluídas as inexigibilidades de licitação. **Precedente: Decisão desta administração, evento (0981838).**

50. Com precedente no **Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário**, entende-se **desnecessária a publicação na imprensa oficial**, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Além disso, o item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022 estabelece que o extrato da nota de empenho - ou do contrato - juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários, serão divulgados no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO**. Contudo, em homenagem ao princípio da publicidade, constante no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que seja feita também a **publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE**.

À consideração da Autoridade Competente.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone Holanda, Assistente Jurídico**, em 05/09/2023, às 17:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 05/09/2023, às 17:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1057143** e o código CRC **A892F61D**.